

## Do campo para a fábrica – encontros com Taylor pela mão do tecnocatolicismo

ALBÉRICO AFONSO COSTA

alberico.afonso@ese.ips.pt

Escola Superior de Educação do Instituto Politécnico de Setúbal

“A minha política é o trabalho”. Este dito supostamente popular, integra um dos estereótipos estadonovistas que melhor espelha a forma como os dois conceitos (política e trabalho) são veiculados pelo regime.

Nesta frase de apreensão simples, eficaz e imediata contém-se uma formulação maniqueísta - a política, o mal; o trabalho, o bem.

Pretende-se que o trabalho – o bem – hegemonize e preencha de tal forma a vida das pessoas, que para elas não reste qualquer tempo para a política.

Nesta perspectiva a vocação do ser humano seria o trabalho que invadiria de forma totalizante todos os espaços e territórios do quoti-

diano, traduzindo-se num consagrado e assumido demissionismo relativamente à intervenção na área da cidadania.

A frase é paradigmática e as posições que hoje se confrontam sobre a formação profissional não equacionam com esta acrimónia a dualidade cidadania/trabalho.

Contudo este dualismo está presente em todas as discussões teóricas sobre a formação profissional.

E a questão fundamental é esta: deverá qualquer formação profissional conter elementos que preparem e perspectivem o trabalhador não só para a produção mas também para o exercício da cidadania, ou

---

pelo contrário, o que é socialmente relevante é a capacidade produtiva do trabalhador, devendo toda a formação sócio-cultural ser relegada para um plano secundário, ou até, pura e simplesmente eliminada?

Não tendo sido este o objecto da investigação, esta problemática invade contudo o tema que escolhemos, a Formação Profissional Acelerada.

A FPA é como se diz no título deste artigo, uma formação quase desconhecida. Vai ser, à parte daquela que se fazia no sistema regular de ensino nas escolas técnicas e em algumas específicas indústrias de ponta, a única formação profissional implementada pelo Estado Novo. Daí a sua importância, enquanto página da História do Trabalho.

Quis o acaso, que quando há anos realizei um trabalho no Instituto de Emprego e Formação Profissional, tivesse contactado com vários professores desta instituição, que se referiam a uma específica formação profissional, que nos anos 60, em pleno salazarismo, tinha ocorrido em Portugal.

Tinha um nome meio bizarro – FPA- Formação Profissional Acelerada.

Esses velhos professores recordavam-na dizendo: “Isso é que era uma formação profissional a sério”.

O bicho da curiosidade, à medida que os elogios se iam somando, começou a roer-me.

Acresce ainda, que as investigações do meu mestrado se tinham já centrado sobre o ensino técnico do Estado Novo.

Que raio seria pois a FPA?

Foi preciso um mergulho nos anos 50, na ambiência política, social e económica dessa década, para começar a encontrar as raízes da FPA.

Os anos 50, foram caracterizados pelo Prof. Fernando Rosas, em síntese feliz, como os anos das “invisíveis mudanças”.

Por debaixo da carapaça cinzenta, do Estado Novo, a química do social impunha-se, a uniformidade política abria algumas brechas, e a economia tentava movimento, espaço, realizações.

A sociedade ia mudando, ainda que o regime tentasse convencer os portugueses de que tudo continuava placidamente colocado **no mesmo lugar e no seu lugar.**

Salazar entende, percepção e sobretudo teme a mudança.

No entanto, apesar de todos estes temores, fantasmas e precauções, o todo social, movimentava-se, transformava-se, o país rural profundo e recuado sacudia-se, as cidades cediam ao peso das migrações, entreabrindo as portas.

Face a uma Europa que conhecia níveis de desenvolvimento e industrialização até aí impensáveis, Portugal fosse a contra gosto ou voluntariamente, percorria também a marcha da industrialização.

Para Salazar, indústria quer dizer fábrica, e fábrica quer dizer proletário. Soam as campainhas de alarme quando se faz ouvir a sonoridade da palavra proletariado. Há que encontrar forças, símbolos e acções para combater os perigos previsíveis do inevitável percurso industrial que o pós-guerra impõe.

É assim que na década de 50, em pleno movimento e clima industrializante, num país que contra tudo e apesar de tudo se ia transformando, Salazar em luta contra o tempo e a mudança, tenta um regresso aos anos 30, ou mais precisamente ao arraial ideológico dos anos 30, **fascista e corporativo**.

Para isso é lançado em 1956 o Plano de Formação Social e Corporativo, que Salazar tentará que se transforme numa cruzada corporativa.

## 1. O último fôlego do corporativismo

Deste modo, em 1956, quando na Europa dinâmica e modernizante se corre atrás de um desenvolvimento triunfante, em Portugal tenta-se através deste Plano regressar aos afectos ideológicos dos anos 30. O Plano de Formação Social e Corporativo é discutido na A.N., na Câmara Corporativa, chamando-se as elites locais à sua concretização através de acções de propaganda.

Criam-se órgãos, constroem-se estruturas e o poder com todo o aparelho acústico e propagandístico de então, tenta convencer os portugueses que este regresso lhes assegurará a felicidade e o bom viver. Portugal porém, encarreirado que estava noutros destinos, nem sequer tem disponibilidade para ouvir as mensagens deste Plano regressista.

O Plano estiola, e dele nada restará, a não ser os órgãos e estruturas que para ele tinham sido criados e em que o regime investira profundamente.

É deste conjunto de órgãos dependentes do Ministério das Corporações, que começam a ser habitados por uma outra geração saída da universidade, que novas propostas e análises irão surgir.

O Ministério das Corporações tinha tradicionalmente entra as suas chefias uma forte componente católica.

Era a este Ministério, que supostamente competia tratar das questões assistenciais e do trabalho, sendo, deste modo, na perspectiva do próprio regime, um chão que deveria ser pisado por homens de perfil caritativo, e assim sendo, os quadros que aí eram colocados, eram escolhidos entre a elite católica, fortemente ligada ao regime desde a sua implantação.

Contudo a Igreja dos anos 50, já não é a Igreja que Cerejeira construíra ao lado de Salazar, uma Igreja que incondicionalmente sustentava o Estado Novo.

Uma Igreja siamesa da governação salazarista.

Uma Igreja cúmplice da ditadura.

Há que perceber que nos anos 50 o mundo católico preparava o Concílio do Vaticano II. Os períodos pré-conciliares são normalmente períodos em que a Igreja se repensa, se reconstrói e reorganiza as suas práticas e procedimentos, de forma a melhor e mais eficazmente intervir na sociedade.

São períodos de abertura e reflexão, períodos propositivos, de discussão e acção.

A Igreja de Cerejeira não sairá incólume desta ambiência pré-conciliar em que o pensamento católico entra em ebulição e se afirma renovado.

A coesão eclesial que até aqui caminhava em cima dos carris que o regime lhe traçara, vai começar a acusar diferenças, a apresentar fissuras que ano após ano, nalguns casos, como nos chamados católicos progressistas, se vão aprofundar e levarão a rupturas irreversíveis.

Não é esse o caso destes católicos a que atrás nos referimos, que não configurando propriamente uma oposição ao regime também não são apoiantes incondicionais do regime.

## **2. Na maré do desenvolvimento - Aventuras dos tecnocatólicos no Ministério das Corporações**

Ao contrário das anteriores gerações católicas, que viveram em cumplicidade com o regime e que “compravam” a indulgência através da caridade, para esta geração “amar o próximo” significava tentar melhorar as suas condições de vida.

Esta, é uma geração que acredita poder ser-se católico de uma forma diferente.

Do ponto de vista cultural rejeita quer a hegemonia nacionalista quer a neo-realista. Do ponto de vista político, distancia-se não só do corporativismo e do autoritarismo do Estado Novo, mas também da utopia marxista.

Rejeita a dicotomia entre dedicar-se só à religião ou só à política. Na sua perspectiva a assunção da militância religiosa empenhada, não é contraditória com a intervenção cívica, sendo-lhe complementar.

Mas o terreno eleito para esta intervenção é o do espaço profissional. Aliam os novos conhecimentos das ciências sociais e da economia às análises que elaboram da sociedade em que vivem.

E essas análises mostram-lhes um Portugal arcaico, boçal, analfabeto e abandonado à sua sorte, face a um regime que está sobretudo preocupado em eternizar-se a si próprio, voltado para dentro, e que milita e investe na aparência da continuidade, recusando-se a olhar-se ao espelho e a detectar as feridas que um atraso atávico lhe ia provocando com a intensidade que aquele tempo veloz ia imprimindo.

Estes homens e mulheres, que são católicos, conciliares, cultos e europeus, tecnocratas e intelectuais, vão-se infiltrando a pouco e pouco nas chefias intermédias do aparelho de Estado.

Vanguarda técnica do regime, vão progressivamente recrutar-se

mutuamente, interagindo com o poder, numa posição não de opositores, mas de reformistas empenhados na transmutação do salazarismo num outro regime

São homens e mulheres de transição, uma transição sonhada na paz dos ministérios, dentro das normas estadonovistas.

Por isso lhe chamámos tecnocatólicos, expressão que pretende significar esta militância que se situa entre a técnica nova e desenvolvimentista e a vivência no catolicismo conciliar.

Dado que não criticam mas propõem, que não concordam com a repressão e mais tarde com a guerra, mas não procedem à sua denúncia, que não subscrevem a ditadura mas com ela pactuam, constituem um movimento inorgânico que o regime apesar da desconfiança com que por vezes os olha, vai suportando e albergando no seu seio com a plasticidade própria das ditaduras.

Estamos a falar de figuras como Sedas Nunes, Francisco Neto de Carvalho, Maria de Lourdes Pintasilgo, João Moura, Nuno Bragança, Silva Pinto, Mário Murteira, Manuel Silva, Acácio Catarino entre outros...

Gente que pouco a pouco se vai comodamente instalar nos gabinetes do poder, e propor, decidir, invectivar, passar à acção à medida que

---

Salazar se vai alheando do bater de coração do seu aparelho de estado, preocupado com a segurança e com a guerra.

É no quadro desta visão reformista, desta pretensão de **mudar o regime por dentro do regime**, que mais tarde o marcelismo verbalizará como “a evolução na continuidade”, que vai surgir nos inícios da década de 60, um conjunto de novas políticas sociais, destinadas, senão a acertar o passo com a Europa, pelo menos a minorar a distância a que Portugal se colocava face ao desenvolvimento, nível de vida e afã reivindicativo do reconstruído território europeu.

### **3. Sob o cronómetro de Taylor adestrar a mão e corrigir o olhar**

No Ministério das Corporações a constatação alarmada por parte destes tecnocráticos da impreparação, indiferenciação, pobreza e ignorância da mão de obra portuguesa daqueles anos, vai levar, nas circunstâncias a que o livro se refere, à formação de um organismo que seria baptizado com o nome de FDMO.

Será este organismo a lançar a primeira política deliberada de formação profissional, fora do sistema regular de ensino, do Estado Novo – A FPA.

Esta formação aparece-nos caracterizada pelos seus propulsores,

autores e vendedores como uma formação milagrosa.

Esse milagre residia no facto de em pouco tempo, poucos meses, se formarem operários especializados prontos a responderem às necessidades produtivas das fábricas, dos serviços, dos officios.

A FPA que tinha já conhecido os seus dias na Europa do pós 1ª Guerra Mundial, chegava agora a Portugal com algumas décadas de atraso e sobre ela se debruçaram os poderes, convocando autoridades internacionais, criando espaços de raiz, recrutando formadores, analisando programas.

A azáfama ferve em torno da concretização deste projecto, sobre o qual o poder se quer como que redimir de décadas de ausência e demissão da formação profissional.

Cada espaço de formação é pensado, arquitectado e desenhado de olhos postos na fábrica e na oficina.

Cada aluno, ou melhor dizendo, cada formando, vai aprender, gesto por gesto, desenho por desenho, etapa por etapa, a performance produtiva da profissão.

Tudo isto numa ambiência decalcada da ambiência fabril e oficial com os seus ritmos próprios, disciplinas e autoridades interiorizadas, hierarquias e obediências assumidas.

Deste modo, do currículo a leccionar fazem parte não só os conhecimentos profissionais, o desenvolvimento da destreza manual e física, a rendição ao espaço envolvente que se quer limpo e lúcido, mas também todas as componentes **do aparato da humildade, da postura servil, da obediência sem condições.**

Era o pacote completo.

Aliás, estamos perante uma formação absolutamente centralizada e compacta, em que todos os intervenientes de norte a sul do país, fazem rigorosamente as mesmas coisas; às mesmas horas, com a mesma exterioridade e o mesmo praticismo.

Desde as palavras iniciais dos monitores até ao mínimo gesto profissional tudo é programado, planificado, previsto e uniformizado.

O principal e praticamente único material pedagógico-didático é a Progressão, nome que se dá ao programa e guião de cada curso.

A FPA é behaviorista, no sentido de que a cada estímulo corresponde um comportamento padronizado, e é taylorista no sentido da desconstrução da actividade produtiva em gestos expurgados de actividades inúteis.

Cada minuto corresponde exactamente a 60 segundos concisos e precisos de actividade produtiva e fragmentada que deve ser repetida

até à perfeição, e ritmada e disciplinada até à identificação com a máquina.

Estamos no coração da escola da fábrica. A fábrica leccionada.

A bata do sistema regular de ensino é substituída pelo fato-macaco, a carteira dá lugar à bancada de trabalho, o professor é o monitor, o livro é ferramenta, o programa a Progressão.

#### **4. Com a guerra colonial no currículo**

Quem são afinal estes alunos que frequentam a escola fábrica?

São jovens, saudáveis, indiferenciados, rurais, com a guerra colonial já no currículo e na maior parte dos casos com um percurso escolar que não ia além da 4ª classe. Os pré-requisitos, de entrada, eram saber ler, escrever e contar.

Relembremos que um dos exercícios constantes do programa é o de explicar para que serve uma borracha e como se deve apagar um risco a lápis no papel.

A FPA é contemporânea da guerra colonial.

Por isso mesmo vai servir também como almofada social aos recém-chegados da guerra, que em contacto com novas realidades, não pretendem o regresso ao Portugal profundo, agora que os olhos tinham

---

experimentado outros modos de vida.

Com a guerra cumprida vão entrar no universo fabril, veiculado por esta formação profissional, que lhes empresta mais prática que conhecimento e que é completamente omissa no que diz respeito a uma formação sócio-cultural mínima, ainda que nalguns casos, e de forma incipiente e primária, ela seja leccionada de modo avulso e quase envergonhado.

Uma última palavra sobre o impacto que a FPA terá tido no tecido industrial português durante os anos estudados – 1962 -1974.

Não foi possível, por razões várias, avaliar a dimensão e amplitude deste impacto.

Convém, contudo, evidenciar que esta formação se situou à margem das indústrias modernas, normalmente designadas como indústrias de ponta. (metalomecânica, construção naval, químicas de base, eléctricas, etc.).

Tal marginalidade será invertida nos anos 70, com cursos especialmente vocacionados para estes sectores.

Cerca de 50% dos trabalhadores formados vão ter como destino a área da construção civil.

Por outro lado, há que sublinhar que as mulheres são as grandes

excluídas desta formação. De facto existem cursos tradicionalmente femininos (cerzideira, costureira, bordadora); contudo, serão criados já nos anos sessenta, integrando profissões consideradas menores.

Formação pura e dura para o trabalho, a FPA desconhece, omite, contorna voluntariamente a formação sócio-cultural. Formam-se trabalhadores para integrar um mercado de trabalho cuja principal característica era o salário baixo e a jornada longa.

Trabalho sem direitos, trabalho vigiado pela polícia política, trabalho alienado.

Investigar e escrever sobre este tema significou também não deixar cair no esquecimento uma página da história do trabalho em Portugal. Porque o esquecimento mutila, demencia e enfraquece.

A memória, enriquece, estrutura, estimula, fornece o gás da experiência e confere identidade.

#### **Nota:**

Este texto foi elaborado para a apresentação pública do livro *FPA-A Fábrica Lecionada, Aventuras dos Tecnocatólicos no Ministério das Corporações*, editado em Maio de 2008 pela Profeições. O livro reproduz, no essencial, a tese de doutoramento que defendi na Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa em 2007 - “Sob o cronómetro de Taylor adestrar a mão e corrigir o olhar. As aventuras dos Tecnocatólicos no ministério das corporações – Origens, percursos e ritmos de uma formação quase desconhecida – a FPA”.